



RA - ACR-037/2025

**Relatório dos Auditores Independentes e
Demonstrações Contábeis de 31.12.2024.**

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE PORTO FELIZ**

CNPJ nº 55.141.725/0001-91



ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br

ACR – RA/SP 037/2025

10 de novembro de 2025.

A

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ

Atenção do Sr. Maurício Estimo Michelin

Diretor Presidente

Ao concluirmos nossos exames sobre o 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, apresentamos o relatório contábil, o qual inclui as demonstrações levantadas em 31 de dezembro de 2024, juntamente com as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da entidade **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**.

Mantemos provas do exame dos itens mencionados em relatório. Gostaríamos de lembrar que, em vista da impossibilidade de incluir 100% (cem por cento) das operações, os exames foram conduzidos em base de testes, em amostras definidas conforme interesse, objetivando a maior qualidade e eficácia dos trabalhos, que constitui práticas internacionais de auditoria.

Desta forma permanecemos à disposição para discutirmos este relatório, bem como assuntos relativos a empresa.

Atenciosamente.



ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

– rubinato@acrauditores.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - Da instituição

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, conta atualmente com 93 leitos ativos, através dos quais presta relevantes serviços de assistência a população do município e região. Ressalte-se que é o único hospital do município, gozando de grande conceito junto a sociedade em função da qualidade dos serviços prestados.

No ano de 2024, destinou a maior parte de sua capacidade operativa, cerca de 93% aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

O hospital realizou 318.264 atendimentos (pacientes/dia), sendo 257.418 destinados ao SUS, o que demonstra a superação do que foi pactuado no contrato com a Prefeitura Municipal de Porto Feliz.

Atendimentos	2024	2023	Variação
Internação	4.765	3.410	39,73%
Pronto Socorro	252.653	124.463	102,99%
Convênios/Particular	58.822	26.630	120,88%
Total	318.264	154.503	105,99%

As verbas repassadas pelo SUS e pelos repasses da Subvenção Municipal no exercício de 2024 tiveram um aumento substancial em relação ao exercício anterior, e que totalizaram aproximadamente R\$ 84.000, foram suficientes para cobrir os custos hospitalares no valor aproximado de R\$ 81.000, sem levar em conta os custos administrativos e financeiros da ordem de R\$ 4.260. Também importante registrar, que houve aumento do número de funcionários ativos em 2024 na entidade, indo de 355 (em 2023) para 427 (em 2024), e na rede básica foi de 154 (em 2023) para 155 (em 2024), tendo em vista a demanda de serviços ter aumentado como decorrência natural e direta do crescimento populacional, além da migração dos Planos de Saúde particulares para o SUS, fenômeno cuja origem pode ser atribuída à crise econômica, política e social que o país sofre já há algum tempo..



Os pontos cruciais da administração, folha de pagamento e aquisição de materiais, medicamentos e serviços estiveram, sob a ótica econômica e orçamentária, controlados, eliminando a hipótese de serem os sabotadores por resultado melhor. No exercício de 2024, tivemos uma redução em nossas dívidas de longo prazo. Tivemos redução entre amortização e juros de valor aproximado de R\$ 760/ano, sobre empréstimos junto a C.E.F.. A entidade ainda teve redução considerável sobre os parcelamentos de obrigações fiscais e tributárias de longo prazo, cuja amortização anual foi de R\$ 1.100..

2 – Cenário de 2024

O resultado do ano esteve além de nossas expectativas, mas ainda assim é visto como razoável ante todas as dificuldades inerentes à Saúde, principalmente comparado ao quadro geral do país. O desempenho daquilo que dependeu da administração, esteve rigorosamente sob controle, ou seja, deu-se continuidade aos seguintes pontos, em consonância ao estabelecido como estratégia de recuperação. A redução do estoque estratégico de materiais e medicamentos; o alongamento dos prazos de pagamentos; renegociação de valores e serviços com as operadoras de serviço de saúde (convênios); e acordos com a Justiça do Trabalho sobre ações que se arrastavam a anos.

Não obstante a todas as dificuldades econômicas, sociais e políticas a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz vem mantendo serviços de excelência a população da cidade em todos os seus setores de operação.

A

ADMINISTRAÇÃO



Porto Feliz, 31 de dezembro de 2024.

À
ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE LTDA
CRC2SP035035/O-9
Rua Pará, 283 – Centro
18.035-100 – Sorocaba/SP

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Declaro para os devidos fins, como presidente da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ, qualificada como Organização Social de Saúde, CNPJ nº 55.141.725/0001-91, que as informações relativas ao período-base 01/01/2024 à 31/12/2024, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de tributos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

- (a) Que os controles internos adotados pela nossa entidade são de responsabilidade da administração e estão adequadas ao tipo de atividade e volume de transações;
- (b) Que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente a legislação vigente;
- (c) Que todos os documentos e/ou informações que geramos e recebemos de nossos fornecedores encaminhados para a elaboração da escrituração contábil e demais serviços contratados, estão revestidos de total idoneidade;
- (d) Que os estoques registrados em conta própria foram por nós contados e levantados fisicamente e avaliados com a política de mensuração de estoque determinada pela Entidade e perfazem a realidade do período encerrado em 2024;
- (e) Que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados;



Além disso, declaramos que não existem quaisquer fatos ocorridos no período base que afetam ou possam afetar as demonstrações contábeis ou, ainda a continuidade das operações da entidade.

Também confirmamos que não houve:

- (a) Fraude envolvendo a administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
- (b) Fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- (c) Violação de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão de contingências passivas.

Atenciosamente,


Mauricio Estino Michelin
Diretor Presidente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ
Porto Feliz - SP

1. Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

2. Base para opinião com ressalva

2.1 Limitação ao escopo de auditoria – "Disponibilidades"

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 as demonstrações contábeis, as disponibilidades apresentam saldo de R\$ 1.445, todavia os extratos apresentados, apontam saldos no montante de R\$ 541. A diferença apurada de R\$ 904 se deu pela não contabilização dos valores pagos em contra-partida da rubrica fornecedores, pagamentos estes atrelados aos recursos do Termo de Fomento 011/2024 recebido em 05.07.2024. Consequentemente, a rubrica das disponibilidades (R\$ 1.445) e a rubrica de fornecedores (R\$ 2.569) se apresentaram registrando a diferença verificada.

2.2 Limitação ao escopo de auditoria – "Imobilizado líquido"

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a Entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 7.936 (R\$ 7.550 em 2023), registrado na Rubrica "Imobilizado Líquido", todavia não foram contabilizados os encargos de depreciação conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC27. Consequentemente, não nos foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente, tanto em relação aos saldos do ativo imobilizado, depreciação acumulada para o exercício findo naquela data.

2.3 Limitação ao escopo de auditoria – "Cota patronal INSS"

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23, os valores referente a Cota Patronal, conforme requerido pelo artigo 195 da Constituição Federal e em atendimento a Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021, e a ITG2 002 os valores registrados pela contabilidade montaram R\$ 6.050, no entanto, o relatório apresentado pelo setor de recursos humanos, somou R\$ 8.768.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br

PIDEL

Alcides

3. Ênfase

3.1 Desequilíbrio econômico e financeiro

Sem ressaltar nossa opinião quanto ao assunto, a Entidade apresentou superávit líquido de R\$ 3.415 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e naquela data o Passivo Circulante excedia seu Ativo Circulante em R\$ 6.545 (R\$ 8.541 em 2023) e, seu Passivo total excedia o Ativo total em R\$ 2.771 (R\$ 7.086 em 2023), que corresponde ao Passivo a Descoberto ou Patrimônio Social Negativo. Esses fatores podem levantar dúvida substancial de que a Entidade tenha condições de manter a continuidade normal de suas atividades.

4. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentada para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório, datado de 22 de abril de 2024 continha parágrafo de ênfase sobre o Passivo a Descoberto ou Patrimônio Social Negativo de R\$ 7.086. Nossa opinião não foi ressaltada em relação a esse assunto.

5. Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br

FIDEL

Alf



- Concluímos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 10 de novembro de 2025.



ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035/O-0



Jéssica Christina Moreno Gregório Rubinato
Contadora - CRC1SP297849/O-9
Registro no CNAI nº 6.224 de 18/11/2019



Antonio Carlos Rubinato
Contador - CRC1SP111745/O-5
Registro IBRACON nº 5.092 de 23/08/2016



Luana Aparecida Gregório Rubinato
Contadora - CRC1SP257586/O-1
CPF nº 322.689.598-21

FIDOC


IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ - CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO

Descrição	Nota	31/dez/2024	31/dez/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		1.445	364
Caixa geral	4	4	4
Bancos c/ movimento – recursos sem restrição	4	80	1
Bancos c/ movimento – recursos com restrição	4	-	6
Aplicações financeiras – recursos sem restrição	4	74	-
Aplicações financeiras – recursos com restrição	4	1.287	353
Outros créditos		18.157	2.873
Adiantamentos a funcionários	5	-	3
Estoque de medicamentos e insumos	6	842	2.619
Depósitos judiciais	5	318	25
Clientes e convênios a receber	5	552	226
Subvenções a receber	5	16.445	-
TOTAL DO CIRCULANTE		19.602	3.237
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo		1.930	1.933
Ação judicial a receber	7	1.889	1.889
Investimentos	8	41	44
Imobilizado		7.936	7.550
Terrenos sem restrição	9	1.269	1.269
Edificações sem restrição	9	2.692	2.692
Bens hospitalares e não hospitalares sem restrição	9	7.970	7.584
(-) Depreciações acumuladas	9	(3.995)	(3.995)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.866	9.483
TOTAL DO ATIVO		29.468	12.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br

PSOL

Mull.





IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ - CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

Descrição	Nota	31/dez/2024	31/dez/2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	2.569	2.216
Obrigações com pessoal	11	3.358	3.001
Férias e encargos sociais a pagar	11	3.581	6.204
Obrigações Tributárias	12	194	357
Subvenções a realizar	5	16.445	-
TOTAL DO CIRCULANTE		26.147	11.778
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências	15	4.584	4.661
Empréstimos nacionais	13	1.364	2.131
Parcelamentos de tributos e contribuições	14	144	1.236
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.092	8.028
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	16	562	562
Ajustes de avaliação patrimonial	16	3.011	3.011
(-) Amortização da avaliação patrimonial	16	(13)	(13)
Resultados acumulados	16	(10.760)	(10.760)
Resultado de 31.12.2023	16	114	114
Resultado de 31.12.2024	16	4.315	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(2.771)	(7.086)
TOTAL DO PASSIVO+PATRIMONIO LÍQUIDO		29.468	12.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br

FIDEZ




IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ - CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Demonstração do Resultado do Exercício

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	31/dez/2024	31/dez/2023
RECEITA OPERACIONAL			
Repasse – Contratualização SUS	18	70.013	49.103
Repasse – Rede Assistencial Básica	18	10.953	10.711
Contrato – Prefeitura	18	394	482
Convênios e Particulares	17	6.099	7.647
Fundo Municipal de Saúde	18	2.372	1.055
Doações e Subvenções	18	23	77
Isenção INSS cota patronal	18	6.050	5.017
		95.904	74.092
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custos – Contratualização SUS	19	(32.981)	(48.509)
Custos – Rede Assistencial Básica	19	(6.716)	(11.210)
Custos – Convênios e particulares	19	(2.308)	(5.966)
Custos e Despesas Hospitalares	19	(27.359)	(-)
Custos com Pessoal não Assistencial	20	(11.907)	(-)
		(81.271)	(65.685)
RESULTADO BRUTO		14.633	8.407
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(4.103)	(3.240)
Despesas financeiras	21	(242)	(233)
Receitas financeiras	21	32	146
Receitas de alugueis	21	45	51
Isenções INSS cota patronal	18/22	(6.050)	(5.017)
		(10.318)	(8.293)
RESULTADO SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO		4.315	114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br

ABEC

Relatório

[Handwritten signature]

8

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Demonstração do Resultado Abrangente

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Descrição	31/dez/2024	31/dez/2023
Superávit / Déficit do exercício	4.315	114
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	4.315	114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br

ACR

ACR

Y

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Demonstração da Muta  o do Patrim  nio Social

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Descri��o	Patrimônio Social	Reservas Reavalia��o	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	562	2.998	(19.723)	(16.163)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	8.861	8.861
Superávit líquido do período	-	-	374	374
Saldos em 31 de dezembro de 2022	562	2.998	(10.488)	(6.928)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(272)	(272)
Superávit líquido do exercício	-	-	114	114
Saldos em 31 de dezembro de 2023	562	2.998	(10.646)	(7.086)
Superávit líquido do exercício	-	-	4.315	4.315
Saldos em 31 de dezembro de 2024	562	2.998	6.331	(2.771)

As notas explicativas s  o parte integrante das demonstra  es financeiras.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Par  , 283 – Santa Terezinha – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

- rubinato@acrauditores.com.br

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ
CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Demonstração do Fluxo de Caixa em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1- Das atividades operacionais:	31/dez/2024	31/dez/2023
A – Provenientes das operações		
Superávit/Déficit do exercício	4.315	114
Depreciações e amortizações	-	375
Ajustes de exercícios anteriores	-	(272)
	4.315	217
B – Acréscimos/Decréscimos nos ativos e passivos:		
Estoques	1.777	(1.039)
Valores a receber	(16.771)	7
Adiantamentos a funcionários	3	(3)
Depósitos judiciais	(293)	-
Fornecedores	353	1.444
Obrigações trabalhistas	(2.266)	914
Obrigações fiscais	(1.255)	(679)
Provisões de contingências	(77)	127
Subvenções a realizar	16.445	-
(=) Total dos acréscimos/decréscimos nos ativos e passivos	(2.084)	771
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.231	988
2- Das atividades de investimentos		
Pela baixa em investimentos	3	12
Pela aquisição de equipamentos	(386)	(2.085)
(=) Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(383)	(2.073)
3- Das atividades de financiamentos		
Empréstimos de longo prazo	(767)	1.225
(=) Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	(767)	1.225
4-Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.081	140
5-Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalente de caixa	1.081	140
Caixa e equivalente de caixa no início do período	364	224
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.445	364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

- rubinato@acrauditores.com.br






IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ – CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A **Irmadade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz**, fundada em 31 de março de 1907, considerada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 68.716 de 07 de junho de 1971; de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.598 de 11 de janeiro de 1965, e de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 1.715 de 03 de maio de 1968 uma sociedade civil de natureza e finalidade filantrópica de caráter geral, sem intuítos lucrativos, com sede e foro na cidade de Porto Feliz, Estado de São Paulo, sito à Rua Olavo Assumpção Fleury nº 101, e que tem por objeto: (a) praticar e desenvolver obras de misericórdia, (b) administrar, manter em funcionamento e desenvolver a Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz; (c) Administrar, manter e desenvolver outros estabelecimentos médico-hospitalares ou para-hospitalares, mediante convênio ou contrato ou que venha a criar, adquirir ou receber doações ou comodato e que se destinem à prestação de assistência médico-hospitalar a enfermos e acidentados.

Com mais de um século de existência, a Irmadade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz vem se destacando na atenção à saúde da população local e regional, não apenas por ser o único Hospital e Maternidade da cidade, mas pela qualidade e eficiência dos serviços prestados, o que faz dela, referência na região.

A Irmadade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz ocupa um grande quarteirão numa área total de 8.847 metros quadrados, sendo 2.965 metros quadrados de área construída. Possui 93 leitos, prestando atendimento em todas as especialidades médicas. Atende pacientes de Porto Feliz e outros municípios; predominantemente através do SUS.

A UTI, de 10 leitos, é referência local, assim como as cirurgias ortopédicas de média complexidade. O Hospital possui um moderno e bem equipado Centro Cirúrgico, onde são realizadas, em média, 100 cirurgias/mês.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e, em especial, a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 31 de outubro de 2025. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br - rubinato@acrauditores.com.br

FRZ

rubinato

FRZ

FRZ

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma na correspondente nota explicativa.

2.3 Moeda de apresentação funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 5 - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de bens e títulos a receber;

Nota explicativa nº 9 - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;

Nota explicativa nº 15 - Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. Resumo das principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

Além disso, a Entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas/principais". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre as políticas contábeis divulgadas na nota explicativa nº 3 em determinados casos.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br • rubinato@acrauditores.com.br

FIDE

Mello

Handwritten signature

Handwritten signature and initials

3.1 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade: i) Disponível; ii) Aplicações financeiras; iii) Créditos de operação com planos de assistência à saúde; e iv) Bens e títulos a receber.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são: i) Débitos de operações de assistência à saúde; ii) Empréstimos e financiamentos a pagar; e iii) Débitos diversos.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Fiber

Mull.



3.3 Créditos a receber

Os créditos de operações de assistência à saúde, são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Os saldos são substancialmente relativos a serviços prestados para convênios e para o SUS.

3.4 Estoque

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Entidade e serviços próprios.

3.5 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de Edificações administrativas. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

Descrição	Taxa de depreciação
Edificações	4%
Máquinas e equipamentos	20%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

3.6 Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por *impairment* entre essa diferença.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br

Flora

Albino

[Assinatura]

8

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.8 Fornecedores e prestadores de serviço

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

3.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(iii) Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.11 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br

ADFC

Melli

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

3.12 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa está apresentada pelo método indireto.

4 Disponível

Modalidade	31.dez.2024	31.dez.2023
Caixa tesouraria	4	4
Bancos conta movimento	80	7
Aplicações financeiras (i)	1.361	353
	<u>1.445</u>	<u>364</u>

(i) Composto substancialmente por aplicações financeiras em poupança e em fundos de investimentos dos recursos recebidos por meio de subvenção municipal, estadual e/ou federal que possuem restrição de uso e que podem ser resgatadas exclusivamente para as finalidades definidas nas contratualizações e estão sujeitas a prestação de contas. Os recursos aplicados em poupança são remunerados pelos rendimentos da caderneta de poupança e o fundo de investimento remunerados com referência ao CDI.

5 Créditos a receber

Composto por:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Depósitos / Bloqueios judiciais (i)	318	25
Adiantamentos a funcionários (ii)	-	3
Créditos a receber de convênios (iii)	552	226
Subvenções a receber	16.445	-
	<u>17.315</u>	<u>254</u>

- (i) Bloqueios judiciais em contas corrente por conta de ações judiciais.
(ii) Adiantamentos a funcionários para posterior desconto em folha de pagamento.
(iii) Contas a receber referente aos contratos de convênios firmados para atendimento. Não há provisão constituída para perdas na realização desses créditos a receber em 31.12.2024;
(iv) Subvenções a receber no exercício seguinte, ref. ao termo aditivo 01/2022.

6 Estoques

Os estoques referem-se a medicamentos, materiais hospitalares e outros produtos utilizados pela Entidade, e estão avaliados pelo custo médio. Não há perdas estimadas.

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Medicamentos	208	501
Materiais hospitalares	551	1.127
Outros insumos e materiais	83	991
	<u>842</u>	<u>2.619</u>

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br



Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page, including a large signature that appears to be 'A.:' and several other initials and marks.

7 Outros créditos a receber de longo prazo

Representam valores provenientes de direitos a receber, sobre o processo judicial nº 1002013-41.2016.8.26.0471, finalizado.

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Ação judicial de cobrança a receber	1.889	1.889
	1.889	1.889

8 Investimentos

Representados por:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Título de capitalização	-	14
Cotas de capital – Sicoob	40	40
Cotas de capital – Sicredi	1	1
	41	55

9 Imobilizado sem restrição

Demonstrado com base no valor original de custo acrescido das reavaliações efetuadas:

Descrição	Movimentação do Imobilizado				
	2023	2024			
	Imobilizado Líquido	Aquisição	Alienação	Depreciação	Imobilizado Líquido
Edificações	1.923	-	-	-	1.923
Terrenos	1.269	-	-	-	1.269
Instalações	125	-	-	-	125
Equipamentos médicos/hospitalares	3.505	254	-	-	3.759
Equipamentos de informática	356	132	-	-	488
Equipamentos de segurança	2	-	-	-	2
Móveis e máquinas	290	-	-	-	290
Outras imobilizações	80	-	-	-	80
Total	7.550	386	-	-	7.936

A Administração da Entidade revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e através de Laudo de Avaliação emitido em julho/2019, levou a efeito a sua reavaliação (**impairment**), e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas.

No exercício de 2024 a entidade não registrou os encargos de depreciação sobre os bens ativados.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br - rubinato@acrauditores.com.br

Projet

Atest.

[Assinatura]

[Assinatura]

10 Fornecedores

As obrigações com fornecedores foram registradas com base em documento contábil hábil respeitando o período de competência. A Entidade continua dificuldades, porém cumprindo integralmente com suas obrigações. Os serviços prestados por terceiros (pessoa física ou jurídica) foram apropriados com base nos relatórios de produção e documentos fiscais.

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Fornecedores de materiais e insumos	1.066	1.238
Prestadores de serviços	1.503	978
	2.569	2.216

a-) Composição por idade de vencimentos:

Modalidade	31.dez.2024		31.dez.2023	
	Materiais	Serviços	Materiais	Serviços
Vencidos	31	98	39	-
À vencer em até 30 dias	489	986	598	687
A vencer de 31 a 60 dias	392	419	438	291
A vencer de 61 a 90 dias	123	-	149	-
A vencer de 91 a 120 dias	31	-	14	-
	1.066	1.503	1.238	978

11 Salários, encargos sociais e contribuições

Valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias estão assim demonstrados:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Salários a pagar	1.750	1.450
Pensão alimentícia a pagar	1	4
INSS a recolher	208	411
FGTS a recolher	306	722
Férias e encargos a pagar	3.846	6.204
Consignado a pagar	112	75
Convênios a pagar	362	-
	6.585	8.866

11.1 - Cálculo do Turnover:

É um conceito frequentemente utilizado na área de Recursos Humanos para designar a rotatividade de pessoal, ou seja, as entradas e saídas de funcionários em um determinado período de tempo. Tem a função de determinar a porcentagem de substituição de funcionários e consequentemente analisar a capacidade da entidade em manter os seus colaboradores. Um alto percentual indica que será necessária avaliação das causas de incapacidade de retenção de pessoal.

Utilizamos a fórmula clássica para cálculo do turnover: $[(n^{\circ} \text{ de demissões} + n^{\circ} \text{ de admissões}) / 2] / n^{\circ} \text{ de funcionários no último dia do mês anterior, multiplicado por } 100 \text{ para obter o percentual}$

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br - rubinato@acrauditores.com.br

ACR

ACR

ACR

ACR

11.2 Quadro Funcional da Irmandade

Ano	Quantidade Inicial	Admissões	Demissões	Quantidade Final
2023	347	60	52	355
2024	355	144	72	427

Resumo dos dois últimos exercícios:

Quant. De Funcionários Ultimo dia do Ano			Alocações em Funções 2024				
Descrição			Assistencial	Administrativo	Apoio	Outros	Total
Exercícios	Nº Colaborador	Índice	93%	5%	2%	-	100%
2024	427	25%	396	23	8	-	427
2023	355	16%					

11.3 Quadro Funcional da Rede Básica

Ano	Quantidade Inicial	Admissões	Demissões	Quantidade Final
2023	143	57	46	154
2024	154	40	39	155

Resumo dos dois últimos exercícios:

Quant. De Funcionários Ultimo dia do Ano			Alocações em Funções 2024				
Descrição			Assistencial	Administrativo	Apoio	Outros	Total
Exercícios	Nº Colaborador	Índice	98%	-	2%	-	100%
2024	155	25%	152	-	3	-	155
2023	154	33%					

12 Obrigações fiscais (impostos retidos)

Valores de obrigações tributárias referentes aos impostos federais, estaduais e municipais, estando assim demonstrados:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
IRRF – código 1708	47	143
IRRF – código 0561	353	339
ISSQN retido	2	2
Pis/Cofins/Csll retidos	146	212
	548	696

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br - rubinato@acrauditores.com.br

FIDEZ

M. de J.

8

13 Empréstimos e financiamentos (longo prazo)

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

Descrição	Taxa Juros % a.m.	Parcelas a Pagar	Liquido em 31.dez.2024	Liquido em 31.dez.2023
CEF – 25.4287.610.000003-65	1,19 a.m.	47	124	573
CEF – 25.4287.610.000005-67	1,26 a.m.	66	1.240	1.558
			1.364	2.131

a-) As garantias dos empréstimos tomados pela Entidade, junto a Caixa Econômica Federal, são os recebíveis do convênio SUS.

b) A Entidade não contratou nos exercícios findos e 31/12/2024 e 31/12/2023 financiamentos com cláusulas restritivas ("Covenants").

14 Parcelamento de encargos federais (longo prazo)

Valores de obrigações referentes a parcelamentos feitos com a União, estando assim demonstrados:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Parcelamento FGTS – (240 parcelas)	48	67
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas – 404093	-	82
Parcelamento Previdenciário – 60 parcelas – 402124	32	187
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas – 404292	40	87
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas – 404485	83	320
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas – 640670091	-	166
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas – 404773	11	74
Parcelamento Previdenciário – 60 parcelas – 544399302	-	253
Parcelamento PGFN 009874022	(70)	-
	144	1.236

15 - Provisão para contingência civil e trabalhista

De acordo com entendimento da Administração apoiada na assessoria da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz sobre os processos em andamento, algumas ações não procedem, portanto, existe a possibilidade de sentenças favoráveis ao hospital. Outras ações caso forem perdidas, podem ocorrer em montantes inferiores aos valores reclamados. Na maioria, em razão da morosidade processual o desfecho da sentença será de longo prazo. Em face do exposto, somente foram provisionadas as contingências passivas de perdas prováveis, decorrentes de processos judiciais, reivindicações e reclamações.

Em 31 de dezembro de 2024, os valores estimados das contingências, dessa forma foram assim apresentados:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Processos cíveis	1.253	1.320
Processos trabalhistas	3.331	3.341
	4.584	4.661

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br - rubinato@acrauditores.com.br

Handwritten signatures and initials:
ADEZ, M. L., A. i., and others.

16 - Patrimônio líquido

a-) Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2024 o Patrimônio Social apresentava-se negativo no montante de (R\$ 2.771), e em 31 de dezembro de 2023, negativo em (R\$ 7.086).

b-) Reserva de reavaliação

Constituída em anos anteriores, representada pela mais valia do ativo imobilizado de uso da Entidade.

c-) Superávit apurado

O superávit apurado em 2024 é de R\$ 4.315, e deve ser destinado ao patrimônio social após aprovação dessas demonstrações contábeis em Assembleia Geral Ordinária.

17 Receitas de serviços hospitalares

Produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Receitas de serviços SUS (i)	-	179
Convênios e particulares (ii)	6.099	7.647
	6.099	7.826

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividades de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

18 Subvenções, doações e outras receitas

Produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Subvenção Municipal	72.271	51.271
Fundo Municipal de Saúde	2.372	1.055
Convênio – Recurso Federal	9.089	8.846
Doações	23	77
Inss – Isenção cota patronal	6.050	5.017
	89.805	66.266

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br

KABER

M. M.

[Assinatura]

[Assinatura]

19 Custos e despesas hospitalares

São os gastos provenientes de convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Porto Feliz, bem como dos gastos com os convênios particulares, para a operacionalização dos projetos e atividades pré-determinada.

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Custeio do pronto socorro	(19.207)	(25.401)
Custeio do contrato municipal	(24.367)	(21.849)
Custeio contratualização SUS	(13.774)	(12.200)
Custeio rede assistencia basica	(6.716)	(-)
Custeio dos convênios particulares	(2.308)	(5.966)
Fundo Nacional de Saúde	(-)	(269)
Consumo – estoque	(2.992)	(-)
	(69.364)	(65.685)

20 Despesas operacionais

São gastos provenientes de despesas com pessoal não assistencial, publicidades, e despesas gerais efetivados na operacionalização da Entidade.

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Despesas com pessoal	(11.907)	(9)
Propaganda e publicidade	(18)	(25)
Frete e carretos	(30)	(-)
Seguros	(105)	(158)
Despesas postais	(4)	(6)
Energia elétrica	(35)	(-)
Internet	(25)	(-)
	(12.124)	(198)

21 Despesas Administrativas

São gastos provenientes de despesas com alugueis e imóveis e equipamentos, impostos e taxas e demais despesas administrativas efetivados na operacionalização da Entidade.

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Despesas gerais e administrativas	(2.608)	(884)
Impostos e contribuições	(234)	(271)
Encargos de depreciação	(-)	(375)
Alugueis de imóveis	(41)	(57)
Alugueis de equipamentos	(774)	(1.008)
Monitoramento e segurança	(229)	(447)
Inss – cota patronal	(6.050)	(5.017)
	(9.936)	(8.059)

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br

Rubinato

Marli

[Assinatura]

[Assinatura]

22 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro das movimentações dos instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas, produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	29	134
Juros ativos/descontos obtidos	3	12
Aluguéis e arrendamentos	45	51
	77	197
Dispêndios financeiros		
Juros passivos/descontos concedidos	(27)	(190)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(118)	(18)
Despesas bancárias	(97)	(25)
	(242)	(233)
	(165)	(36)

23 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

Mes de Competência	Base de Cálculo	Empregador 20%	Outros 7,8%	31.dez.2024 Total	31.dez.2023 Total
Janeiro	2.251	450	175	625	414
Fevereiro	2.144	429	167	596	391
Março	2.199	440	172	612	399
Abril	2.273	455	177	632	419
Maio	2.346	469	183	652	429
Junho	2.560	512	200	712	411
Julho	2.516	503	197	700	418
Agosto	2.544	509	198	707	422
Setembro	2.575	515	201	716	416
Outubro	2.710	542	211	753	435
Novembro	2.682	536	209	745	442
Dezembro	2.620	524	204	728	421
13º Salários	2.122	425	166	591	-
	31.542	6.309	2.460	8.768	5.017

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

rubinato@acrauditores.com.br

Handwritten signatures and initials:
FDEZ, M. de, M., and a large stylized signature.

24 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente a manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sócias, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda, e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral 5 anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

25 Passivo a descoberto e plano de recuperação

As demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz continuam apresentando deficiência de capital de giro, sendo que os passivos tributários e trabalhistas foram parcelados através da Lei 11.345, e os valores transferidos para o Exigível a Longo Prazo, e possibilitando obtenção de certidões de débito positiva com efeito negativo, tornando a Entidade apta a obter subvenções e outras verbas públicas.

O plano de ação desenvolvido pela atual diretoria administrativa tem os seguintes pontos principais:

a-) Elaboração de um orçamento detalhado projetando fluxo de caixa para o período, permitindo uma visão clara da capacidade de pagamentos da entidade;

b-) Readequação entre despesas e receitas de acordo com as necessidades mínimas para assegurar a manutenção dos serviços prestados a população e continuidade do hospital;

c-) Manutenção enxuta do quadro de funcionários (*lean staffing*) para otimizar a eficiência e minimizar o desperdício na alocação de pessoal, com o objetivo de ter um quadro de colaboradores ágil e flexível, que atenda à demanda de trabalho com máxima eficiência e o mínimo de excesso de capacidade.

d-) Obtenção de recursos através de doações e patrocínios junto a entidades civis e a população em geral;

e-) A Administração também acredita que a possibilidade de um prognóstico favorável sobre ações aplicadas e que podem reequilibrar seu patrimônio social.

ADT

Walle

Handwritten signature

26 Atendimentos

Com observância ao disposto pelo inciso II, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Entidade ofertou ao gestor local do SUS, através de ofício protocolado, a prestação de seus serviços no percentual mínimo de 60% para o exercício de 2024. A Irmandade da Santa Casa é hospital de referência da Secretária de Saúde do Município para internações hospitalares. O volume de internações processadas no exercício de 2024 está demonstrado no quadro abaixo:

a-) Pacientes / Dia	2024		2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Número de pacientes/dia SUS	4.420		2.901	
Número de pacientes/dia Não SUS	345		509	
Total de Pacientes/Dia	4.765	93%	3.410	85%
b-) Atendimentos Ambulatoriais				
SUS	193.831		98.342	
Não SUS	58.822		26.121	
Total Atendimentos Ambulatoriais	252.653	77%	124.463	79%

27 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

O entendimento da Administração da Entidade é que suas rendas decorrem de suas operações próprias e, portanto, não são sujeitas à tributação. O conceito de "operação própria" é definido como sendo qualquer atividade ou transação cuja renda viabilize, no todo ou em parte, exclusivamente, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que possa afetar de maneira significativa a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

As declarações de rendimentos da Entidade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por período prescricional de cinco anos.

28 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e o Parecer Técnico nº 562/2021-CGCR/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.108719/2021-51, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, a Portaria nº 1.380, de 24 de janeiro de 2024 deferiu a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, CNPJ nº 55.141.725/0001-91, com sede em Porto Feliz (SP). A renovação em grau de reconsideração, tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026.

29 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros como contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos. A Administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

30 Composição dos órgãos de Administração da Entidade

A Entidade contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Mesa Administrativa – Constituída de 6 (seis) membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Entidade, com mandato de três anos, prestando contas ao Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, bem como elaborar o orçamento e programa e o balanço de cada exercício. Membros da Mesa Administrativa não poderão ser nomeados para o Conselho Fiscal.

Conselho Fiscal – Órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Entidade e operações patrimoniais, com mandato de três anos, e é composto por 3 membros efetivos e outros 3 suplentes.

31 Cobertura de seguros (não auditado)

A Administração da Entidade adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

32 Aspectos ambientais

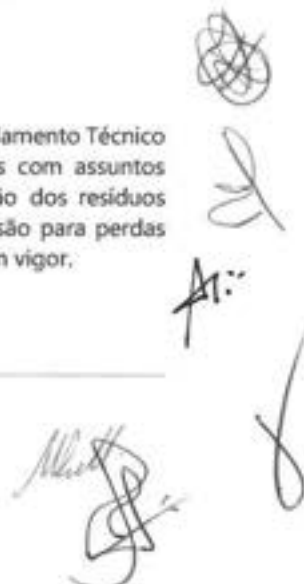
A Entidade está sujeita a regulamentação da ANVISA, em especial a RDC 306, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientais com processos operacionais e contratação de serviços especializados para a destinação dos resíduos relacionados às atividades de assistência médico-hospitalar. A entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

ACR AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Pará, 283 – Centro – Sorocaba – SP – Cep. 18.035-100

Telefone – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br - rubinato@acrauditores.com.br



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the bottom right and several smaller ones above it.

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

33.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Entidade participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Entidade não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2024 e 2023.

33.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Entidade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Entidade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Entidade não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Entidade não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxa de juros

A Entidade não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Entidade não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Entidade não está exposta a riscos cambiais.



b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	31/dez/2024	31/dez/2023
Disponível	4	84	11
Aplicações financeiras	4	1.360	353
Convênios a receber	5	552	226
Outros valores a receber	5	-	3
		1.996	593

c Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as Entidades de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Entidade investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

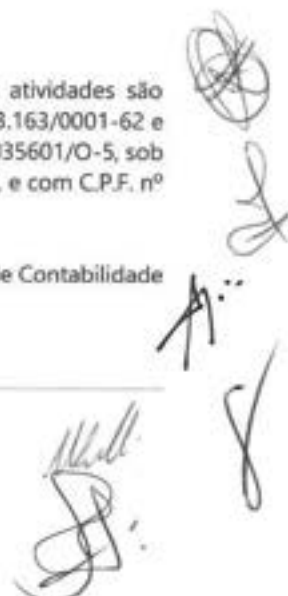
33.3 Gestão de capital

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade para oferecer benefícios às partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade possui, aproximadamente, 5% (3% em 2023) do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras.

34 Responsabilidade técnico-contábil

A Entidade optou pela terceirização dos seus serviços de escrituração e assessoria contábil. Tais atividades são realizadas pela empresa Luciano Fernandes Alves Contabilidade - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.883.163/0001-62 e com registro regular no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob registro 2SP035601/O-5, sob a responsabilidade técnica do contador Luciano Fernandes Alves, inscrito sob registro 1SP235633/O-7, e com C.P.F. nº 274.192.258-69.

A gestão e a responsabilidade final pelas informações financeiras e a aderência às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) permanecem sob a alçada da administração da Entidade."



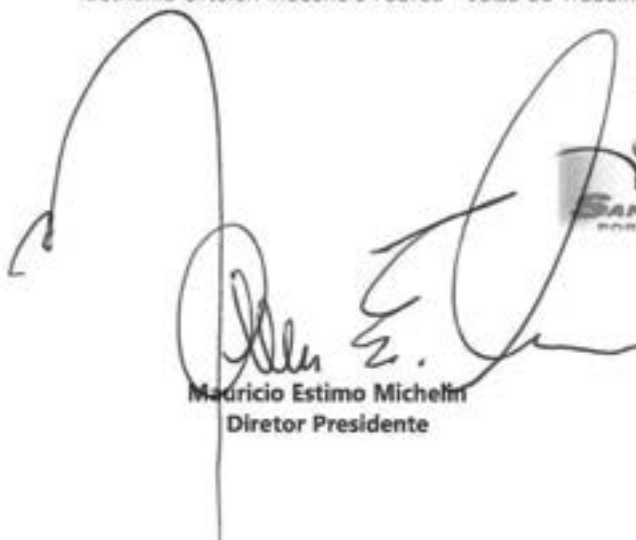
35 Eventos subsequentes

1. A Entidade no curso do exercício de 2025, contratou a empresa Azevedo Avaliações Empresariais Ltda, para a realização de trabalho de avaliação a valor justo, bem como a revisão da vida útil de seus bens. Esse laudo foi concluído pela contratada em 25 de setembro de 2025;

2. Em 23 de outubro de 2025, a Entidade recebeu despacho decisório da Justiça do Trabalho – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com decisão pela homologação de 9 (nove) acordos, listados na Ação Trabalhista – Rito Ordinário nº 0081900-63.1996.5.15.0111, que montam aproximadamente R\$ 4.150, firmado pela Dra. Diovana Bethania Ortolan Inocencio Fabreti – Juíza do Trabalho Titular.

Diretoria




Mauricio Estimo Michelin
Diretor Presidente


Luciano Fernandes Alves
Contador – CRC1SP235633/O-3



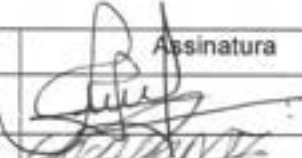
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento da Lei e do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, CNPJ nº 55.141.725/0001-91, no exercício de suas atribuições, examinou as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado, Demonstrativo do Resultado Abrangente, Demonstrativo das Mutações no Patrimônio Líquido, Demonstrativo do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas), como segue:

1. O Conselho Fiscal apreciou, também, o Relatório dos Auditores Independentes e endereça-lhes o seu apreço pela colaboração prestada;
2. Na sequência da análise feita aos documentos apresentados, o Conselho Fiscal é de opinião que, de uma forma geral, os mesmos refletem a posição econômico-financeira da Irmandade em 31 de dezembro de 2024 e estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
3. Tendo em consideração os elementos apresentados, o Conselho Fiscal é de parecer que:

Seja aprovado o Relatório dos Auditores Independentes bem como as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado, Demonstrativo do Resultado Abrangente, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras).

Porto Feliz (SP), 13 de novembro de 2025.

Nome	Cargo	Assinatura
Jaqueline Interlick	Conselheira Fiscal	
Carlos Eduardo Cavalcante	Conselheiro Fiscal	
Matheus Brieza de Oliveira Ravelli	Conselheiro Fiscal	

FIDEI